


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**2ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1012390-44.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária -**  
 Requerente: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**  
 Requerido: **Claudia Fabiana Hebling Vieira**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Heitor Luiz Ferreira do Amparo**
**VISTOS ETC...**

**Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**, qualificada na inicial, promove a presente **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária** em face de **Claudia Fabiana Hebling Vieira**, também qualificada nos autos, com fundamento no Decreto Lei 911/69, e decorrente do contrato de financiamento, no qual foi dado em garantia o seguinte bem: "Veículo Peugeot, ano 2011, placa FBC 7513, cor cinza ;" que ocorrendo por parte da requerida o descumprimento das obrigações pactuadas, requereu a concessão de liminar de busca e apreensão do bem objeto do contrato e a procedência do pedido inicial. Formulou os demais requerimentos de estilo.

A liminar foi concedida , tendo sido efetivamente cumprida com a apreensão do bem objeto do contrato fiduciário.

A requerida foi regularmente citada, deixando transcorrer "in albis" o prazo para contestação ou purgação da mora.

**É O RELATÓRIO.**
**DECIDO:**

A ação é procedente.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do que dispõe o art. 355, I e II do CPC.

A alienação fiduciária está comprovada pelo contrato fiduciário e a "mora solvendi" pela notificação extrajudicial.

Presentes, assim, os requisitos necessários para o acolhimento da pretensão inicial.

ISTO POSTO e pelo que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação de busca e apreensão, para tornar definitiva a liminar concedida, bem como para consolidar a propriedade e a posse exclusiva do bem apreendido no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

Condeno a requerida, ainda, no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em dez por cento (10%) sobre o valor dado à causa.

Publique-se e intime-se.

Araraquara, 26 de novembro de 2018

**Heitor Luiz Ferreira do Amparo**  
**Juiz de Direito**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA